

Empreendedorismo de migrantes na Grécia *Migrant entrepreneurship in Greece*

Panos Hatziprokopiou*

Resumo O empreendedorismo imigrante na Grécia é um fenómeno novo, ainda marginal mas em rápida evolução. Regras restritivas à imigração e estruturas do mercado de trabalho confinaram a vasta maioria dos migrantes ao trabalho assalariado. As medidas específicas têm sido escassas e muito recentes, enquanto as políticas relevantes estão muito ligadas ao próprio enquadramento geral da política de imigração. Este artigo enquadra o panorama geral ao examinar os desenvolvimentos políticos, estatísticas oficiais e a literatura existente. Desta forma, explica o contexto institucional mais vasto e identifica os factores que condicionam o empreendedorismo dos migrantes no país.

Palavras-chave empreendedorismo imigrante, Grécia, contexto institucional, política de imigração.

Abstract Immigrant entrepreneurship in Greece is a new phenomenon, still marginal but rapidly evolving. Restrictive immigration rules and labour market structures have confined the vast majority of migrants in paid employment. Specific measures have been scarce and fairly recent, while relevant policies are closely tied to the general framework of immigration policy. This article sketches the overall picture by examining policy developments, official statistics and the existing literature. In doing so, it explains the broader institutional context and identifies the factors conditioning the entrepreneurship of migrants in the country.

Keywords immigrant entrepreneurship, Greece, institutional context, immigration policy.

* Social Policy Research Centre, Universidade de Middlesex / Social Policy Research Centre, Middlesex University.

Introdução

O empreendedorismo imigrante na Grécia é relativamente recente, pelo que é ainda, apesar do seu rápido desenvolvimento, um fenómeno marginal. A crescente visibilidade da actividade empresarial imigrante, sobretudo nas principais cidades de Atenas e Tessalónica, tem sido recentemente mencionada nos *media* e reflecte uma realidade cada vez mais emergente. Contudo, o empreendedorismo imigrante raramente aparece em registos oficiais ou em relatórios, seja na política ou na academia. Os trabalhos científicos sobre esta temática têm sido, até à data, limitados e as principais publicações sobre o tema só apareceram nos últimos dois anos.

Dada a falta de estudos empíricos e de dados fiáveis, é talvez ainda cedo para analisar em detalhe os processos modeladores da actividade empreendedora dos migrantes. É, todavia, possível destacar os factores condicionadores do empreendedorismo imigrante na Grécia através de uma visão crítica da situação actual, esboçar o retrato geral e identificar tendências emergentes. Este artigo aborda o contexto institucional através da análise dos desenvolvimentos relevantes em termos políticos, das estatísticas oficiais e da literatura disponível. Como mostraremos, as medidas específicas relativas ao empreendedorismo imigrante são escassas e muito recentes. Desde o início que as políticas nesta área têm estado directamente ligadas ao enquadramento geral da política de imigração. Assim, torna-se útil uma caracterização geral dos desenvolvimentos nesta área desde o início da década de 90.

Empreendedorismo migrante na Grécia: o enquadramento institucional

No rescaldo das transições políticas e económicas na Europa de Leste, a Grécia sofreu uma rápida mudança, recebendo um número expressivo de imigrantes indocumentados provenientes maioritariamente da vizinha Albânia, dos Balcãs e da ex-URSS. Para lidar com o que emergiu como situação de emergência, o Estado adoptou um enquadramento jurídico que condicionou as vidas dos imigrantes durante a década de 90. A Lei 1975/1991 tem sido criticada como sendo altamente discriminatória por enfatizar excessivamente o policiamento e o controlo. Por não conseguir reconhecer a nova realidade migratória, esta lei tem vindo a manter a maioria dos imigrantes num limbo, sem possibilidade de aceder à regularização. Outras críticas alertam para o facto de esta ilegalidade *de facto* dos imigrantes

constituir uma abordagem consciente de *laissez-faire* do Estado grego com o intuito de ter, mesmo à custa de uma economia subterrânea florescente, acesso a um contingente de mão-de-obra barata e definir um mercado de trabalho flexível em tempo de reestruturação económica e internacionalização (Hatziprokopiou, 2006). Em resultado, qualquer tentativa empreendedora durante uma boa parte dos anos 90 era impossível para a maioria dos imigrantes, a menos que recorressem à economia informal.

Esta situação começou a mudar em 1997, quando teve início o primeiro programa de regularização extraordinária. No final dos anos 90 existiam já lojas geridas por imigrantes um pouco por todo o centro da cidade de Atenas, e a presença de vendedores ambulantes imigrantes tornou-se notória nas grandes cidades. Na viragem do século a pesquisa empírica reconhecia pela primeira vez a tendência dos migrantes para o auto-emprego e o empreendedorismo de pequena dimensão.¹ Em 2001 e 2005 decorreram ainda dois programas de regularização, subsequentes à aprovação de novas Leis de Imigração, que possibilitaram a aquisição do estatuto legal para a maioria dos imigrantes. Também o acesso de dez estados da Europa Central e de Leste à União Europeia, em 2004, e em 2007 de países como a Bulgária, a Roménia e a Polónia, permitiram facilitar os requisitos de legalização para um grande número de estrangeiros.

Entretanto, uma moldura legal paralela foi desenvolvida para os migrantes de origem étnica grega. A particularidade da experiência Grega reside parcialmente na importância das migrações étnicas, sobretudo da Albânia e da ex-União Soviética. Estes imigrantes foram alvo de um enquadramento jurídico diferenciado, divergindo grandemente tanto da política reguladora dos imigrantes “estrangeiros” como entre as diferentes populações em questão, reflectindo factores ideológicos e relações diplomáticas da Grécia com os países de origem (Hatziprokopiou, 2006).

Se, por um lado, aos gregos albaneses foram dados títulos especiais, privilegiando-os em relação aos outros imigrantes, ainda que com um acesso limitado à cidadania; por outro lado, os gregos dos países da antiga União Soviética foram tratados como “repatriados”, passando de um esquema de recepção e integração inicial que facilitou o acesso ao emprego para a eventual concessão plena de cidadania. Dado o seu conhecimento da língua grega, o empreendedorismo tem sido mais fácil para estes grupos, que mais cedo ou mais tarde adquiriram os mesmos direitos que os cidadãos nacionais. Os gregos étnicos da antiga URSS, em particular, beneficiaram com as autorizações especiais direccionadas para a sua integração no mercado de trabalho, que alguns usaram para criar um negócio.²

O novo enquadramento legal para os outros imigrantes tem em consideração a questão da integração e inclui provisões reguladoras da actividade empreendedora. A Lei 2910/2001 reconhece, pela primeira vez, o papel da Grécia como sociedade de aco-

lhimento e estabelece as condições para um regime de imigração “controlado” que combina o controlo de fronteiras com a regulação do mercado de trabalho e a integração de imigrantes. Na lei é definida uma distinção entre “estrangeiros” que vêm para prestar um “trabalho dependente” e aqueles que se encontram no país para exercer uma “actividade económica independente”. As condições para estes últimos exigiam a submissão de candidaturas aos consulados gregos localizados no estrangeiro, acompanhadas de um plano de negócios e outros documentos.

Algumas das provisões foram, contudo, vagamente definidas em comunicados sugerindo que as actividades “devem contribuir para o desenvolvimento da economia nacional” ou que os candidatos “devem ter recursos suficientes”.³ Decisões tomadas posteriormente com base nesta Lei clarificaram ainda a distinção entre autorização de residência para “Actividade Económica Independente” (IEA), dirigida a imigrantes empreendedores e a investidores estrangeiros, e a destinada a “Serviços Independentes ou Projectos” (ISP), como um tipo específico de autorização que abrange o auto-emprego.

Esta distinção foi mantida na última Lei 3386/2005, que coloca um ênfase explícito na integração, resolve questões problemáticas da lei anterior e regula detalhadamente inúmeras questões referentes aos nacionais de países terceiros na Grécia. As autorizações de residência para ISP encontram-se agora listadas como acontece no caso das autorizações para emprego, enquanto a categoria das autorizações para IEA permite distinguir entre actividade independente e investimento. As autorizações ISP são apenas emitidas depois de um ano na posse de uma autorização para trabalho dependente, fazendo assim do trabalho dependente um pré-requisito para os imigrantes que aspiram ao auto-emprego. Adicionalmente, enquanto a maior parte das provisões da Lei anterior em relação à IEA são mantidas, os “recursos suficientes” que um imigrante tem de possuir para poder candidatar-se situam-se num mínimo de 60.000 euros, sendo a decisão transferida para as autoridades regionais de imigração da área onde os imigrantes desejam iniciar o seu negócio.⁴

Apesar de as condições serem agora claras, subsistem alguns problemas, sobretudo relacionados com o período excessivamente curto de duração das autorizações emitidas (inicialmente para o máximo de dois anos, ainda que na prática se traduza em apenas um ano) e com a burocracia e os atrasos envolvidos no processo, que geram insegurança entre os imigrantes empreendedores. Estes últimos são, todavia, traços universais da moldura geral condicionadora do empreendedorismo na Grécia. Um inquérito recente da OCDE (2005: 5) sublinhou o paradoxo de um país que apresenta “tanto uma taxa elevada de auto-emprego e uma taxa baixa de criação de empresas”, onde “registar e licenciar um negócio é complexo e muito moroso” e o “acesso ao financiamento parece mais difícil do que na maior parte dos outros Estados-membros da UE”.

Não apenas esses problemas geram dificuldades acrescidas aos imigrantes, mas também algumas especificações legais por vezes colidem com os requisitos da imigração. Por exemplo, é obrigatória uma licença de negócios para a emissão ou renovação da autorização de residência, enquanto uma autorização de residência é considerada um pré-requisito para obter a licença de negócios (Halkias *et al.*, 2007: 26-7). Outra dificuldade resulta da discriminação contra os imigrantes, como ilustra o caso do requisito legal da etnicidade grega para a venda ambulante – uma actividade comum entre os diferentes grupos de imigrantes (Mavromatis, 2006: 15-8) e até muito recentemente sem grande regulamentação (Metoikos, 2003: 8).⁵

As dificuldades são igualmente criadas pela falta de iniciativas que encorajem a participação de imigrantes gregos não-étnicos em programas financiados sobretudo pela União Europeia para estimular e apoiar o empreendedorismo entre segmentos da população “em risco de exclusão social” (ou de “grupos socialmente vulneráveis”).⁶ Nenhuma das iniciativas desenvolvidas no âmbito da acção “Empreendedorismo” do programa Equal abrangeu imigrantes, ao mesmo tempo que alguns programas de organismos nacionais (OAEΔ, EOMMEX)⁷ que envolveram a atribuição de bolsas para o arranque de negócios e apoios adicionais parecem ter tido um impacto reduzido. A única excepção foram alguns programas que disponibilizam formação, tutoria e acesso a financiamento (inicialmente com fundos, mais tarde com empréstimos) exclusivamente para refugiados, operando desde a década de 90 com duas organizações não-governamentais, com mais de cem beneficiários entre 1995 e 2001 (Mestheneos, 2000).

Duas medidas recentes são dignas de menção face ao seu potencial para beneficiar os imigrantes empreendedores, muito embora não haja evidência disponível até à data. A TEMPME SA tem vindo a disponibilizar garantias de crédito para pequenas e micro-empresas desde 2003, dirigindo-se à população em geral. IMMENSITY é um projecto da União Europeia, administrado localmente pela Região da Macedónia Central, que procura promover o empreendedorismo imigrante com um enfoque especial nas mulheres. Para além disso, o *Hellenic Migration Policy Institute* publicou recentemente um folheto informativo que inclui alguns conselhos jurídicos acerca do auto-emprego e do empreendedorismo em seis línguas (IMEPO, 2008). De uma maneira geral, as recentes reformas com vista à liberalização do mercado (OECD, 2005: 5-6), combinadas naturalmente com a racionalização da política de imigração, podem afectar positivamente o empreendedorismo imigrante num futuro próximo. No que concerne à situação actual, os dados provenientes de diferentes fontes são examinados de seguida.

O empreendedorismo migrante nas estatísticas oficiais

Os Censos de 2001 registaram a existência de 762.191 cidadãos estrangeiros, 7% da população do país. Mais de metade eram da Albânia, 9,2% da antiga URSS e cerca de 8% da Bulgária e da Roménia. Cerca de 56,6% eram economicamente activos, comparado com 41,1% dos gregos; perto de 91% desempenhavam trabalho dependente, com menos de 3% de empregadores. Não apenas o seu peso nas categorias do auto-emprego e dos empregadores era significativamente inferior ao das categorias equivalentes para os gregos, como uma boa proporção dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores registados eram nacionais dos UE-15 e de outros países desenvolvidos (Cavounidis, 2006).

**Quadro 1- Autorizações de residência segundo a nacionalidade, 2004
(15 nacionalidades mais representativas)**

	Total das autorizações de residência		Por actividades económicas independentes			Por serviços independentes ou projectos		
		%		%	% da nacionalidade		%	% da nacionalidade
1	Albânia	63,2	Albânia	33,7	0,2	Albânia	62,6	11,8
2	Bulgária	9,7	Bulgária	7,0	0,2	Roménia	5,8	16,1
3	Roménia	4,3	Nigéria	7,0	10,4	Bulgária	5,6	6,9
4	Ucrânia	3,4	Síria	6,8	2,8	Ucrânia	4,8	16,7
5	Paquistão	2,5	China	6,0	5,2	Moldávia	2,6	18,3
6	Geórgia	2,2	Bangladesh	4,7	1,9	Egipto	2,6	19,0
7	Moldávia	1,7	Egipto	4,6	1,0	Geórgia	2,1	10,9
8	Egipto	1,6	Paquistão	4,1	0,6	Paquistão	2,1	9,9
9	Índia	1,5	Roménia	3,3	0,3	Síria	1,6	23,6
10	Rússia	1,5	Sérvia	3,2	1,6	Rússia	1,3	10,0
11	Polónia	1,0	Ucrânia	2,8	0,3	China	1,1	33,6
12	Filipinas	0,9	Arménia	2,3	1,0	Índia	1,0	7,8
13	Bangladesh	0,8	Geórgia	1,8	0,3	Nigéria	0,9	48,9
14	Síria	0,8	Polónia	1,7	0,6	Filipinas	0,9	11,5
15	Arménia	0,8	Índia	1,6	0,4	Arménia	0,5	7,3
	Total	672.584	Total	2.282	0,3	Total	79.832	11,9

Fonte: Ministério do Interior, Estatísticas de Autorizações de Residência, 2004 [disponível em: <http://www.antigone.gr/statistics/>].

Os dados do Ministério do Interior transmitem informação mais detalhada sobre os nacionais de países terceiros. No final de 2004 existiam 672.584 imigrantes com uma autorização de residência válida. Como é mostrado no Quadro 1, a grande maioria possuía autorizações para trabalho dependente: apenas 0,3% tinha uma autorização para IEA e perto de 12% para ISP. De forma interessante, a distribuição das nacionalidades dos imigrantes por essas categorias difere da observada no total das autorizações, sugerindo que o empreendedorismo é bem mais comum entre certos grupos. De facto, nigerianos, chineses, sírios e bangladeshis, muito embora não constem entre os grupos mais numerosos, possuem uma taxa elevada desse tipo de autorizações. É desnecessário dizer que, desde esse ano, a situação alterou-se com as novas acessões da UE, com a passagem dos imigrantes provenientes dos países da Europa Central e de Leste a cidadãos da UE.

Durante esse mesmo ano, cerca de 14.000 estrangeiros foram apoiados pela TEBE, o Fundo para Artesãos e Pequenos Comerciantes, o correspondente a 2,4% do total, mas com uma boa parte de nacionais da EU-15 (IMEPO, 2005). Recorde-se que um terço correspondia a albaneses, seguidos dos búlgaros, sírios, romenos e paquistaneses. As actividades mais comuns eram o comércio a retalho, cafés e bares, vestuário e venda ambulante.

A situação local pode ser examinada através dos dados obtidos nas Câmaras Profissionais de Atenas e Tessalónica. No Verão de 2007, os cidadãos estrangeiros representavam 2,1% dos membros da Câmara Profissional de Atenas: cerca de metade eram albaneses, seguidos de imigrantes da Turquia, Médio Oriente, Sul da Ásia e países da União Europeia. A tendência era idêntica na Câmara do Comércio de Atenas, apesar de aqui os imigrantes dos Balcãs serem mais representativos e os chineses se encontrarem em sétimo lugar. Os dados das Câmaras de Tessalónica mostram que a grande maioria dos negócios de cidadãos de países terceiros consistia em pequenas empresas unipessoais.

Finalmente, recentes inquéritos sobre a força de trabalho actualizaram a caracterização geral, permitindo interessantes comparações entre 2006 e 2007, bem como por nacionalidade e país de nascimento.⁸ De uma maneira geral, verificam-se elevadas taxas (superiores a 10%) de trabalho independente entre os russos, ucranianos, chineses, nigerianos, sérvios, arménios e bangladeshis. Os sectores mais representativos da actividade económica dos empregadores estrangeiros são a construção (40%), hotelaria e restauração (20%), transportes e comunicações (12%), e o sector imobiliário (11%), enquanto os trabalhadores independentes concentram-se na construção (28%), comércio e reparação (29%) e trabalho doméstico (12%).

Quadro 2 - Estatuto de emprego da força laboral por país de cidadania e país de nascimento, 2006-07

	País de cidadania 2006*			País de cidadania 2007**			País de nascimento 2007**		
	Nacionais Gregos	Cidadãos estrangeiros	Total	Nacionais Gregos	Cidadãos estrangeiros	Total	Nascidos na Grécia	Nascidos no estrangeiro	Total
Empregador	8,6	2,2	8,2	8,7	1,6	8,2	8,7	2,6	8,2
Auto-emprego	22,7	6,7	21,6	22,2	7,1	21,0	22,3	7,9	21,0
Empregado	61,9	89,4	63,6	62,6	89,7	64,7	62,4	87,7	64,7
Assistente familiar	6,9	1,6	6,5	6,5	1,6	6,1	6,5	1,8	6,1
Total	4.163.016	289.800	4.452.816	4.174.271	344.854	4.519.125	4.104.500	414.622	4.519.122
% do total	93,5	6,5	100,0	92,4	7,6	100,0	100,0	9,2	100,0

* Dados do Inquérito à Força Laboral 2006, 2.º trimestre 2006. [Fonte: Mavromatis 2006: Quadro 1].

** Dados do Inquérito à Força Laboral 2007, 4.º trimestre 2007. [Fonte: Serviço Nacional de Estatísticas da Grécia].

O Quadro 2 mostra que o número de cidadãos estrangeiros aumentou significativamente entre 2006 e 2007, tal como o seu peso no total da força de trabalho, uma evolução que poderá reflectir a tendência crescente para os imigrantes passarem a ter um estatuto regular e emprego registado. Contudo, enquanto o peso do trabalho por conta própria subiu, a proporção dos empregados desceu. É difícil analisar as razões subjacentes a este declínio, mas podemos especular que se deverá, pelo menos, a dois factores-chave.

Um relaciona-se com os obstáculos colocados pelos recentes desenvolvimentos políticos que dificultam a actividade empreendedora dos imigrantes, como foi referido na secção anterior. Isto poderá significar que, face ao aumento das pressões financeiras e burocráticas, os imigrantes podem ou desistir do negócio (Tzivilakis, 2008) ou mudar para o trabalho por conta própria sem empregados, baseando-se no seu próprio trabalho ou em esquemas laborais informais, tais como o trabalho não declarado de familiares. A outra possível explicação reside no peso dos migrantes gregos étnicos dos países da ex-URSS, a maioria dos quais já adquiriu a cidadania grega – o que de certa forma é reflectido nos dados por país de nascimento.

Considerações finais

Ao explicar o empreendedorismo imigrante, o contexto sócio-económico deve ser considerado juntamente com o contexto institucional. Como nota Cavounidis (2006: 645), o trabalho migrante na Grécia tem sido substituído por trabalhadores familiares nos pequenos negócios, numa altura em que a força de trabalho autóctone mudou de elevados níveis de auto-emprego e trabalho familiar para o trabalho remunerado e a propriedade de empresas. A integração dos imigrantes no mercado de trabalho tem sido movida pela elevada procura de uma mão-de-obra barata e flexível, com um potencial limitado para o desenvolvimento de actividades empreendedoras. Contudo, as tendências dos últimos anos indicam que este padrão poderá já ter começado a mudar.

Estudos anteriores explicavam o empreendedorismo imigrante como uma estratégia de sobrevivência na sua luta contra a exclusão e a sua posição *de facto* de desvantagem no mercado de trabalho (Lazaridis e Koumandraki, 2003). Outros estudos enfatizaram a importância da autonomia e da auto-realização, vendo o empreendedorismo como uma estratégia de integração mais alargada para as famílias melhorarem as suas condições e o investimento na educação das crianças (Serderakis *et al.*, 2003; Liapi, 2006). Considerando as barreiras institucionais discutidas anteriormente, podem ser observados vários padrões de empreendedorismo, por exemplo através do casamento ou parceria com cidadãos gregos ou compatriotas gregos étnicos, ou através de um forte suporte de redes sociais para acederem a capital inicial, trabalho, fornecedores e clientes.⁹ Factores ligados ao perfil individual dos empreendedores e aos seus recursos em termos de capital humano ou financeiro, tal como níveis de rendimento e experiências passadas de actividade empresarial, têm igualmente sido sublinhados (Liannos e Psiridis, 2006).

Tentativas recentes de sintetizar o que foi dito anteriormente, à luz da evidência empírica, apontam para tendências gerais dos processos de integração dos imigrantes.¹⁰ Assim, o empreendedorismo pode ser visto como um aspecto adicional da melhoria geral das suas condições de vida e de trabalho relacionadas com o seu estatuto legal estável, a familiaridade com o país de acolhimento, planos migratórios a longo prazo e o desenvolvimento de comunidades migrantes, muitas vezes com concentrações espaciais e com nichos de mercado específicos decorrentes das suas necessidades ou actividades (Labrianidis e Hatziprokopiou, no prelo a e b).

Neste contexto, é possível desenvolver uma série de tipologias, combinando razões ligadas a estratégias e a actividades empreendedoras imigrantes, a sua visibilidade e distribuição ou concentração espacial, redes de fornecedores e clientes, entre outras (Mavromatis, 2006; Labrianidis e Hatziprokopiou, no prelo b). O

empreendedorismo migrante na Grécia é já caracterizado por uma notável diversidade, apesar de diferentes tipos sobreporem ou reflectirem as experiências dos indivíduos ao longo do tempo. Consequentemente, podemos distinguir entre: empreendedores sobreviventes “desfavorecidos” (*‘disadvantaged’ survival entrepreneurs*) que enfrentam uma mobilidade bloqueada no mercado de trabalho, muitas vezes inseridos nos nichos “étnicos” marginais dirigidos ao público mais vasto, mas espacialmente disperso e móvel; empreendedores de “valor” (*‘value’ entrepreneurs*), geralmente trabalhadores por conta própria em sectores onde haviam trabalhado como empregados, assimilados pelas estruturas económicas dominantes e espacialmente dispersos, maioritariamente direccionados para o público em geral; e empreendedores “étnicos”, com os negócios centrados na sua própria comunidade, tendendo a agrupar-se em aglomerados espaciais visíveis, por vezes junto de negócios de outros grupos migrantes – como é o caso do nicho multiétnico do centro da cidade de Atenas.

Explicações específicas são reservadas para os chineses, que migram com planos claramente empreendedores como parte da “diáspora comercial” que se está a desenvolver concomitantemente com o crescimento da economia global da China. Eles são activos em nichos de mercado específicos, sobretudo na área do vestuário, e muito embora visem o público em geral apresentam contudo elevadas concentrações espaciais.

Para concluir, este artigo providencia um panorama do contexto institucional do empreendedorismo migrante na Grécia e uma imagem traçada pelas estatísticas oficiais e pela literatura empírica. A evidência até à data aponta para um marginal mas rápido crescimento e para o carácter diverso do fenómeno, mas é necessária mais investigação, com contagem detalhada e observações analíticas. O contexto político pode ser útil para compreender a situação actual, apesar da necessidade de ter em consideração factores como (a) a novidade da imigração e os processos de integração dos imigrantes; (b) as características estruturais do mercado de trabalho grego e o papel do trabalho migrante; (c) as tendências internacionais relacionadas com a globalização e o transnacionalismo.

Estas são questões que devem ser também consideradas na definição de políticas. Os diversos problemas mencionados anteriormente apontam não só para o mau funcionamento crónico da administração grega (por exemplo, relacionado com a burocracia), mas também para a contínua discriminação dos imigrantes, que deve ser combatida. O desenvolvimento de medidas dirigidas para o apoio ao empreendedorismo deve ser uma prioridade e as tendências agora emergentes são o testemunho do seu potencial. Acima de tudo, deve-se proporcionar a todos os imigrantes estabilidade, segurança e direitos, enquanto pré-requisitos para a sua efectiva integração no mercado de trabalho em situação de igualdade com os cidadãos gregos.

Notas

- ¹ Sobre os albaneses em Tessalónica, ver Labrianidis e Lyberaki (2001).
- ² Ver Serderakis et al. (2003) e Labrianidis e Hatziprokopiou (b, no prelo) sobre os imigrantes gregos na Trácia e Tessalónica, respectivamente.
- ³ Lei 2910/2001, artigo 25, parágrafos 2-3.
- ⁴ É requerido que a quantia esteja numa conta bancária. Ver: Lei 3386/2005, artigo 15, parágrafo 5 (sobre ISP) e artigo 25, parágrafos 1-3 (sobre AEI).
- ⁵ Decisão (K1-186/18-1-06), provisões ratificadas da Lei 3377/2005 sobre o comércio (artigo 29, parágrafo 1).
- ⁶ Ver Lazaridis e Koumandraki (2003: 12) e Halkias et al. (2007: 16-7).
- ⁷ OAEΔ significa "Organização para o Emprego e Força Laboral"; EOMMEX é a Organização Grega para as Pequenas e Médias Empresas.
- ⁸ As estatísticas oficiais baseadas na nacionalidade ignoram os gregos étnicos "repatriados" da antiga URSS, 156.000 dos quais adquiriram cidadania em 2004 (Voutira, 2004).
- ⁹ Liapi (2006); Halkias et al. (2007), Labrianidis e Hatziprokopiou (no prelo a e b).
- ¹⁰ Por exemplo, ver Labrianidis e Lyberaki (2001), Hatziprokopiou (2006).

Referências Bibliográficas

- Cavounidis, J. (2006), "Labor market impact of migration: employment structures and the case of Greece", *International Migration Review*, vol. 40, n.º 3, pp. 635-60.
- Halkias, D., Harkiolakis, N., Abadir, S., Thurman, P., Akrivos, D., Caracatsanis, S. (2007), "Characteristics e Business Profiles of Immigrant-Owned Small Firms: The Case of Albanian Immigrant Entrepreneurs in Greece", artigo apresentado na "Oxford Business and Economics Research Conference", Oxford, 24-26 de Junho de 2007.
- Hatziprokopiou, P. (2006), *Globalisation, migration and socio-economic change in contemporary Greece*, Amesterdão: AUP.
- IMEPO (2005), "New statistical data on foreigners insurance", *Press Release*, 23 de Novembro de 2005 (disponível em: www.imepo.gr, acedido em 02.04.2007).
- IMEPO (2008), *I live in Greece, what should I know*, Atenas: IMEPO.
- Labrianidis, L. e Hatziprokopiou, P. (no prelo a), "Migration and social change in Thessaloniki: immigrants' integration and the new multicultural reality in the city", in Kafkalas, G., Labrianidis, L. e Papamichos, N. (orgs.), *Thessaloniki on the verge: the city as a process of change*, Atenas: Critique.
- Labrianidis, L. e Hatziprokopiou, P. (no prelo b), "Migrant entrepreneurship in Greece: diversity of pathways for emerging ethnic business communities in Thessaloniki", *International Journal of Urban and Regional Research*.
- Labrianidis, L. e Lyberaki, A., com Tinios, P. e Hatziprokopiou, P. (2001), *Albanian immigrants in Thessaloniki*, Thessaloniki: Paratiritis.
- Lazaridis, G. e Koumandraki, M. (2003), "Survival ethnic entrepreneurs in Greece: A Mosaic of Informal and Formal Business Activities", *Sociological Research Online*, vol. 8, n.º 2 (disponível em: <http://www.socresonline.org.uk/8/2/lazaridis.html>, acedido em 29.08.2007).
- Lianos, Th. e Psiridou, A. (2006), "Entrepreneurship of migrants in Greece", artigo apresentado na Conferência "Migration in Greece: Experiences-Policies-Prospects", IMEPO, 23-24 de Novembro de 2006.

- Liapi, M. (2006), "Life strategies of self-employed immigrants: intergenerational and gendered aspects of their quality of life", artigo apresentado na Conferência "Migration in Greece: Experiences-Policies-Prospect", IMEPO, 23-24 de Novembro de 2006.
- Mavromatis, G. (2006), "Forms of ethnic entrepreneurship in Athens", artigo apresentado na Conferência "Migration in Greece: Experiences-Policies-Prospect", IMEPO, Atenas, 23-24 de Novembro de 2006.
- Mestheneos, E. (2000), *Refugee entrepreneurs in Greece*. EU-CARE project report [disponível em: www.sextant.gr/refugee.html, acessado em 14.09.2006].
- Metokos (2003), "Immigrants and the labour market", *Metokos magazine*, n.º 2, Setembro de 2003.
- Serdedakis, N., Tsiolis, G., Tzanakis, M., e Papaioannou, S. (2003), "Strategies of social integration in the biographies of Greek female immigrants coming from the former Soviet Union: self-employment as an alternative", *International Review of Sociology*, vol. 13, n.º 1, pp. 145-62.
- Voutyra, E. (2004), "Immigration to the homeland" in Kaifa, U. (org.), *Minorities in Greece*, Atenas: Society for the Study of Greek Culture and General Education, pp. 223-59.